



CIDADE DE CHARQUEADAS, GRAVATAÍ, JAGUARÃO, SANTANA DO
LIVRAMENTO E VENÂNCIO AIRES

INSTRUÇÕES GERAIS

- 1 - Este caderno de prova é constituído por 40 (quarenta) questões objetivas.
- 2 - A prova terá duração máxima de 04 (quatro) horas.
- 3 - Para cada questão, são apresentadas 04 (quatro) alternativas (a – b – c – d).
APENAS UMA delas responde de maneira correta ao enunciado.
- 4 - Após conferir os dados, contidos no campo Identificação do Candidato no Cartão de Resposta, assine no espaço indicado.
- 5 - Marque, com caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa, conforme exemplo abaixo, no Cartão de Resposta – único documento válido para correção eletrônica.


- 6 - Em hipótese alguma, haverá substituição do Cartão de Resposta.
- 7 - Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- 8 - O preenchimento do Cartão de Resposta deverá ser feito dentro do tempo previsto para esta prova, ou seja, 04 (quatro) horas.
- 9 - Serão anuladas as questões que tiverem mais de uma alternativa marcada, emendas e/ou rasuras.
- 10 - O candidato só poderá retirar-se da sala de prova após transcorrida 01 (uma) hora do seu início.

BOA PROVA!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 1.** Ao tratar da Gestão de Processos, Augustinho Paludo, autor do livro Administração Pública: questões (2012, p.183), elucida que um processo compreende uma série de atividades. Para esse autor, gerir processos significa _____, _____, _____ e _____ os processos da organização.

Os termos, que preenchem corretamente as lacunas, são:

- a) controlar, monitorar, movimentar e descentralizar
 - b) organizar, monitorar, executar e otimizar
 - c) organizar, liderar, monitorar e enxugar
 - d) planejar, monitorar, avaliar e revisar
- 2.** Ralph Keeling e Renato Henrique Ferreira, ao definirem o objetivo do projeto em sua obra Gestão de projetos: uma abordagem global (2012, p.77), esclarecem que é de fundamental importância definir o objetivo do projeto de forma clara e específica. Para eles, o objetivo do projeto vai definir a estrutura e indicar a meta para a qual a organização irá direcionar seus esforços.

De acordo com os autores, um objetivo deve ser:

- a) específico, copioso, considerável, genérico, temporal.
 - b) específico, motivacional, copioso, relevante, temporal.
 - c) específico, mensurável, alcançável, relevante, temporal.
 - d) específico, organizado, considerável, estratégico, temporal.
- 3.** Quando a execução de uma obra não é direta pelo órgão que precisa dela, é necessário um contrato. O contrato administrativo, segundo Claudia Costin (2010, p.193-194), é o instrumento que formaliza a realização de contratação por parte da Administração Pública com uma organização privada ou pública. Em alguns casos, a legislação prevê outras formas de participação de outros órgãos e empresas na execução de obras e serviços à administração pública.

Conforme a autora, as formas de participação de outros órgãos e empresas são:

- a) termo de coordenação, convênio, contrato de cooperação e plano reativo.
- b) termo de cooperação, convênio, contrato de gestão e plano operativo.
- c) termo de recursos, convênio, contrato emergencial e plano avaliativo.
- d) termo de organização, convênio, contrato de regulação e plano situacional.

4. Os princípios constitucionais são normas jurídicas primárias que expressam os valores transcendentais da sociedade e constituem a essência e a própria identidade da Constituição. Marino Pazzaglini Filho, no livro *Princípios constitucionais reguladores da administração pública: agentes públicos, discricionariedade administrativa, extensão da atuação do Ministério Público e do controle do poder judiciário*, relaciona uma série de conclusões sobre os princípios constitucionais (2008, cap. 8, p.46).

Que alternativa **NÃO** é uma conclusão referente ao princípio da publicidade relacionada pelo autor?

- a) O princípio da publicidade obriga a administração pública a atuar com legalidade ética e o dever jurídico de agir, sem violar o ideário moral vigente na coletividade da forma mais efetiva possível a fim de atender à sociedade.
- b) O princípio da publicidade estatui o acesso difuso do público às informações sobre as atividades estatais não sigilosas, seja por divulgação nos veículos de comunicação oficial e particular, seja pelo fornecimento de dados requeridos de interesse geral ou individual.
- c) O princípio da publicidade é condição imprescindível à transparência da gestão da coisa pública, à segurança jurídica dos indivíduos e da sociedade em geral e ao controle interno e externo das atividades dos Estados.
- d) O princípio da publicidade não se confunde com a indevida propaganda ou promoção individual de agentes públicos, devendo ater-se exclusivamente à divulgação impessoal e neutra da gestão pública.

5. As finanças públicas dizem respeito à captação de recursos pelo Estado e os gastos públicos que procuram atender às necessidades da população. Conforme Claudia Costin, em seu livro *Administração Pública* (2010, p.115), o Estado pode financiar seus gastos por meio de três formas básicas.

Que alternativa **NÃO** é considerada pela autora como uma forma básica do Estado financiar seus gastos?

- a) planejamento.
- b) recursos.
- c) endividamento.
- d) inflação.

6. No ordenamento jurídico brasileiro, as normas definidoras do processo de compras governamentais estão contidas em legislação específica. É o que salienta José Matias-Pereira (2010, p.201-202), quando discorre sobre o poder de compra do Estado.

Quais os itens que compõem um processo de compras governamentais no Brasil?

- a) preparação, credenciamento, participação, competição, execução e avaliação.
- b) preparação, convocação, habilitação, competição, contratação e execução.
- c) preparação, credenciamento, participação, incorporação, execução e controle.
- d) preparação, organização, habilitação, incorporação, contratação e avaliação.

- 7.** O Decreto Federal Nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Nesse decreto, entende-se por capacitação

- a) o processo intermitente e deliberado de treinamento, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências individuais por meio do desenvolvimento de competências coletivas;
 - b) o processo permanente e deliberado de treinamento, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências individuais por meio do desenvolvimento de competências institucionais;
 - c) o processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais;
 - d) o processo intermitente e ocasional de capacitação, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências essenciais por meio do desenvolvimento de competências coletivas.
- 8.** Na obra *Gestão Estratégica de Pessoas* (2014, p.25), Sandro Trescastro Bergue define gestão de pessoas no setor público como
- a) a articulação de esforços de gestão orientados para o suprimento, a mobilidade e o desenvolvimento de pessoas observados os valores culturais – de natureza social, política, educacional e econômica – que moldam as condições do contexto em que se inserem as organizações públicas.
 - b) a articulação de esforços de gestão orientados para o suprimento, a manutenção e o desenvolvimento de pessoas observados os valores culturais – de natureza social, política, jurídica e econômica – que moldam as condições do contexto em que se inserem as organizações públicas.
 - c) articulação de esforços de gestão orientados para o suprimento, a manutenção e o treinamento de pessoas observados os valores culturais – de natureza social, política, jurídica e educacional – que moldam as condições do contexto em que se inserem as organizações públicas.
 - d) articulação de esforços de gestão orientados para a contratação, a manutenção e o desenvolvimento de pessoas observados os valores culturais – de natureza social, política, informacional e econômica – que moldam as condições do contexto em que se inserem as organizações públicas.

9. José Matias-Pereira, no livro Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais (2010, p.203), informa que o processo licitatório de compras na Administração Pública está regulamentado pela lei de licitações e demais legislações associadas, as quais estabelecem as modalidades que podem ser empregadas no processo licitatório.

Conforme o autor, a concorrência, enquanto modalidade licitatória

- a) é adequada para contratações de grande vulto, locação ou alienação de imóveis e para aquisições internacionais. A participação é aberta para qualquer interessado que comprove possuir os requisitos técnicos exigidos no edital.
- b) é adequada para contratações de médio vulto, aquisição ou locação de imóveis e para aquisições nacionais. A participação é aberta para qualquer interessado que comprove possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital.
- c) é adequada para contratações de médio vulto, venda ou locação de imóveis e para aquisições nacionais. A participação é aberta para qualquer interessado que comprove possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital.
- d) é adequada para contratações de grande vulto, aquisição ou alienação de imóveis e para aquisições internacionais. A participação é aberta para qualquer interessado que comprove possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital.

10. O ciclo PDCA é uma técnica simples para o controle de processos, que também pode ser utilizada para o gerenciamento contínuo das atividades de uma organização. É um método usado para _____ e _____ as atividades de um processo.

Os termos, que preenchem corretamente as lacunas acima, são

- a) controlar e melhorar.
- b) planejar e controlar.
- c) organizar e dimensionar.
- d) planejar e dirigir.

11. José Matias-Pereira, no livro Curso de planejamento governamental: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais (2012, p.41), explica que as políticas públicas, fomentadas por meio de ações institucionais que visam responder à demandas ou necessidades de reformas sociais, à ampliação dos direitos à cidadania e à promoção do desenvolvimento são classificadas em três dimensões, que são:

- a) políticas educacionais emergentes, políticas permanentes de promoção do desenvolvimento e políticas emergentes e compensatórias.
- b) políticas sociais emergentes, políticas estruturais de promoção do desenvolvimento e políticas reparadoras e redistributivas.
- c) políticas educacionais tradicionais, políticas estruturais de promoção do desenvolvimento e políticas emergentes e sustentáveis.
- d) políticas sociais tradicionais, políticas estruturais de promoção do desenvolvimento e políticas compensatórias e redistributivas.

12.A Administração Pública direta e indireta, em quaisquer de seus níveis, deve obediência aos princípios constitucionais. Conforme Marino Pazzaglini Filho, autor do livro *Princípios constitucionais reguladores da administração pública: agentes públicos, discricionariedade administrativa, extensão da atuação do Ministério Público e do controle do poder judiciário* (2008, p.25), um desses princípios constitucionais é a eficiência.

Para esse o autor, eficiência na gestão da coisa pública é a obrigação do agente público agir com

- a) com eficiência real, transitória e rápida. O administrador público, no desempenho de suas atividades administrativas, tem o dever de adotar alternativas éticas, entre as admitidas em abstrato ao ordenamento jurídico, mais positivas (de maior sustentabilidade, congruência e eficácia) para a satisfação das necessidades da organização que atua.
- b) eficiência funcional, real e perene. O administrador público, no desempenho de suas atividades administrativas, tem o direito de adotar as medidas e soluções, entre as admitidas em abstrato ao ordenamento jurídico, mais positivas (de maior rentabilidade, congruência e eficácia) para a satisfação das necessidades da coletividade.
- c) eficácia funcional, real e concreta. O administrador público, no desempenho de suas atividades administrativas, tem o dever de adotar as medidas e soluções, entre as admitidas em abstrato ao ordenamento jurídico, mais positivas (de maior rentabilidade, congruência e eficácia) para a satisfação das necessidades da coletividade.
- d) eficácia funcional, transitória e ética. O administrador público, no desempenho de suas atividades administrativas, tem o dever de adotar sustentáveis e soluções, entre as admitidas em abstrato no ordenamento jurídico, mais alternativas (de maior transparência, congruência e eficiência) para a satisfação das necessidades da organização que atua.

13.O surgimento e desenvolvimento de indicadores socioeconômicos têm uma estreita relação com a consolidação das atividades de governo, pois são construídos e utilizados como instrumentos para o planejamento governamental e o controle de políticas públicas no Brasil. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH se apresenta como um dos principais índices capazes de determinar com precisão os estágios de desenvolvimento humano e de condições de vida.

Conforme José Matias-Pereira, no livro *Curso de planejamento governamental: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais* (2012, p.178), o IDH incorpora três aspectos de relevância para o bem-estar de um indivíduo, que são:

- a) vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida digno.
- b) vida longa e saudável, acesso ao emprego e nível de renda.
- c) qualidade de vida, acesso ao emprego e acesso à saúde.
- d) qualidade de vida, acesso ao trabalho e padrão de vida digno.

14.No livro *Gestão estratégica de pessoas com foco em competências* (2013, p.66), Bruno Rocha Fernandes define modelo de gestão por competências como

- a) um conjunto de conceitos para desenvolver, de forma voluntária, as competências das pessoas e da organização.
- b) um conjunto de práticas para desenvolver, de forma autônoma, as competências dos indivíduos e das equipes de trabalho.
- c) um conjunto de conceitos e práticas para desenvolver, de forma consistente, as competências das pessoas e da organização.
- d) um conjunto de conceitos e práticas para desenvolver, de forma provisória, as competências das pessoas na organização.

15.A gestão do desempenho não é um tema que se restringe à dimensão individual. Há de se pensar a abordagem da *performance* como elemento de legitimação institucional frente à sociedade. É o que defende Sandro Trescastro Bergue, em seu livro *Gestão Estratégica de pessoas no setor público* (2014, p.228). Para esse autor, é possível reconhecer três modelos fundamentais de gestão de desempenho, que são:

- a) modelo adaptativo central, modelo democrático e modelo de desenvolvimento de competências.
- b) modelo adaptativo cordial, modelo meritocrático e modelo de desenvolvimento de pessoas.
- c) modelo adaptativo formal, modelo autocrático e modelo de desenvolvimento de ações.
- d) modelo adaptativo informal, modelo adaptativo e modelo de desenvolvimento de atribuições.

16.No Decreto Federal Nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentou dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 estão relacionados os instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal.

Que alternativa **NÃO** é considerada um instrumento dessa política?

- a) Sistema de gestão por competência.
- b) Plano anual de capacitação.
- c) Relatório de execução do plano anual de capacitação.
- d) Relatório de avaliação do plano bienal de capacitação.

17.No processo de elaboração de política pública, a tomada de decisão é vista como a etapa que sucede a formulação de alternativas de solução.

Para Leonardo Secchi, autor do livro Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos (2013, p.51-52) existem três formas de entender a dinâmica de escolha de alternativas de solução para problemas públicos. Nelas os tomadores de decisão:

- a) têm problemas em mãos, mas adiam as soluções; vão ajustando às soluções aos problemas, e as execuções ao planejamento; e nem sempre têm soluções em mãos, por isso neutralizam os problemas.
- b) têm problemas em mãos, mas adiam as soluções; vão ajustando os problemas às contingências, e as soluções ao planejamento; e têm soluções em mãos e correm atrás de problemas.
- c) têm problemas em mãos e correm atrás de executores; vão ajustando os problemas às execuções, e as soluções às contingências; e inflam problemas na mídia para gerar as soluções.
- d) têm problemas em mãos e correm atrás de soluções; vão ajustando os problemas às soluções, e as soluções aos problemas; e têm soluções em mãos e correm atrás de problemas.

18.Administrar não é um processo estritamente técnico, pois envolve relações de poder. Para Bergue (2014, p. 38), a administração pública envolve uma pluralidade de interesses que podem ser tão legítimos quanto conflitantes.

Para o autor, a administração pública é essencialmente

- a) política.
- b) estratégica.
- c) competitiva.
- d) executiva.

19.Conforme Mario Procopiuck, autor do livro Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária (2013, p.288-290), a reforma gerencial da Administração Pública Brasileira, iniciada em 1995, acabou por redefinir alguns pontos da agenda posta pela Constituição de 1988.

A proposta dessa Reforma do Estado buscou contemplar processos básicos.

Que alternativa **NÃO** é considerada um processo básico pelo autor?

- a) A centralização das atividades do Estado e aumento do endividamento.
- b) A delimitação das funções do Estado e a redução do seu tamanho.
- c) O aumento da governança ou capacidade decisória do governo.
- d) O aumento da governabilidade, do poder do governo.

20. Mudanças em projetos são solicitadas a todo tempo e por diversas razões. Ralph Keeling e Renato Henrique Ferreira, no livro *Gestão de projetos: uma abordagem global* (2012, p. 253-254) destacam que geralmente a solicitação da mudança no projeto é evidenciada no formato de um formulário em que consta a análise e os impactos em:

- a) tempo, custo, revisão, recursos humanos, entregas, gestão e fornecedores.
- b) tempo, custo, recursos humanos, recursos de infraestrutura, entregas, gestão e contratos.
- c) tempo, custo, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos e contratos.
- d) tempo, custo, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos e fornecedores.

21. O termo *accountability* permeia grande parte dos textos sobre administração pública contemporânea.

Conforme Leonardo Secchi, autor do livro *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos* (2013, p.151), à *capacidade de*

- a) imprimir organização, executar e responsabilizar o cidadão por suas omissões e contribuições.
- b) imprimir democracia, executar e responsabilizar o agente por suas funções e contribuições.
- c) imprimir transparência, controlar e responsabilizar o agente por suas ações e omissões.
- d) imprimir feedback, planejar e responsabilizar o cidadão por suas ações e omissões.

22. Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária é um livro de Mario Procopiuck (2013). Nessa obra, o autor destina um capítulo para Políticas Públicas, no qual, dentre outros temas, trata do processo de política pública.

Nas páginas 141 e 142, o autor esclarece que, de modo geral, o processo de políticas públicas pode ser sintetizado de acordo com as seguintes fases:

- a) estimacão, organizacão, seleçã, elaboracão, avaliacaão e controle.
- b) iniciacão, organizacão, seleçã, implementacão, avaliacaão e conclusã.
- c) iniciacão, estimacão, seleçã, implementacão, avaliacaão e conclusã.
- d) estimacão, direçã, seleçã, elaboracão, controle e conclusã.

23. No Decreto Federal Nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentou dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, consta que as instituições federais de ensino poderão ofertar cursos de capacitação, previstos neste Decreto, mediante

- a) contrato com escolas de governo reconhecidas para tanto, em ato isolado dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação.
- b) convênio com escolas de governo ou desde que reconhecidas, para tanto, em ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação.
- c) convênio com universidades ou desde que reconhecidas, para tanto, em ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Administração.
- d) contrato com instituições cadastradas para tanto, em ato isolado dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Educação e da Fazenda.

24.Um dos papéis do Estado é induzir o desenvolvimento, tendo como propósito a promoção do bem comum. Para tanto, o Estado emprega o planejamento para possibilitar e atender às futuras necessidades do país.

José Matias-Pereira, no livro Planejamento governamental: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais (2012, p.8), esclarece que o planejamento está baseado nos seguintes elementos:

- a) recursos disponíveis, natureza e importância das operações em curso e possibilidades futuras.
- b) recursos necessários, rubrica e importância das operações em curso e possibilidades presentes.
- c) recursos escassos, natureza e importância das ações em curso e possibilidades e alternativas recentes.
- d) recursos materiais, natureza e importância das políticas em curso e impossibilidades futuras.

25.A atividade financeira do Estado diz respeito ao desempenho das atividades políticas, sociais, econômicas, administrativas, entre outras, que constituem sua finalidade precípua.

Conforme José Matias-Pereira, no livro Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais (2010, p.214), a atividade financeira pública é desenvolvida em quatro áreas, que são:

- a) receita do tesouro, despesa pública, despesa anual e patrimônio público.
- b) receita originária, despesa pública, despesa pública e reembolso.
- c) receita derivada, despesa pública, orçamento anual e empréstimo.
- d) receita pública, despesa pública, orçamento público e crédito público.

26.Augustinho Paludo, ao tratar da gestão de contratos em seu livro Administração pública: questões (2013, p.201-203), informa que a extinção de contratos administrativos poderá ocorrer, **EXCETO** da seguinte forma:

- a) rescisão judicial.
- b) anulação.
- c) rescisão unilateral ou bilateral.
- d) revisão.

27.Conforme Bruno Rocha Fernandes, em seu livro Gestão estratégica de pessoas com foco em competências (2013, p.67-68) explica que o modelo de competências é um referencial para a implantação de estratégias, sobretudo por sua interface com os outros processos de gestão de pessoas, para os quais constitui uma base.

Que alternativa **NÃO** é considerada pelo autor um processo de gestão de pessoas?

- a) Planejamento.
- b) Remuneração.
- c) Avaliação.
- d) Sucessão.

Leia o texto abaixo e responda às questões de 28 a 32.

A banalização da vida

Por Lya Luft

1 Este é talvez um dos fatos mais assustadores e tristes do nosso momento: falta de
2 segurança generalizada, o medo, pois aqui se mata e se morre como quem come um
3 pãozinho. Bala perdida, traficante, bandido graúdo ou pequeno, e o menor de idade, que é o
4 mais complicado: pelas nossas leis absurdas, sendo menor, ele não é de verdade punido. É
5 levado para um estabelecimento hipoteticamente educativo e socializador, de onde deveria sair
6 regenerado, com profissão, com vergonha na cara, sair gente. Não sai. Não, salvo raríssimas
7 exceções, e todo mundo sabe disso.

8 Todo mundo sabe que é urgente e essencial reduzir para menos de 18 anos a idade em
9 que se pode prender, julgar, condenar um assassino feroz, reincidente, cruel e confesso. Mas
10 aí vem quem defenda, quem tenha pena, ah! os direitos humanos, ah! são crianças. São
11 assassinos apavorantes: torturam e matam com frieza de animais, tantas vezes, e vão para a
12 reeducação ou a ressocialização certamente achando graça: logo, logo estarão de volta. Basta
13 ver os casos em que, checando-se a ficha do "menino", ele é reincidente contumaz.

14 Outro ponto dessa nossa insegurança é a rala presença de policiais em muitas cidades
15 brasileiras. Posso rodar quarteirões intermináveis de carro, e não vejo um só policial. Culpa
16 deles? Certamente não. Os policiais ganham mal, arriscam suas vidas, são mortos
17 frequentemente, são mais heróis do que vilões, embora muitos os queiram enxergar assim.
18 Onde não temos policiamento, mais insegurança.

19 Na verdade, a violência é tão alta e tão geral no país que mesmo porteiros treinados de
20 bons edifícios ou condomínios pouco adiantam: facilmente são rendidos ou mortos, e estamos
21 à mercê da bandidagem.

22 Banalizamos a vida também nessas manifestações de toda sorte, em que paus, barras
23 de ferro, bombas caseiras, até armas de fogo, não apenas assustam, não só ameaçam, mas
24 aqui e ali matam alguém. Incendeiam-se ônibus não apenas em protesto, mas por pura
25 maldade, com gente dentro, mesmo crianças: que civilização estamos nos tornando? Morrer
26 assassinado, mesmo sem estar no circuito perigoso dos bandidos, dos marginais, começa a se
27 tornar, não ainda banal, mas já frequente: nas ruas, às 10 da manhã, matam-se pais de
28 família ou jovens estudantes ou operários. Não falo em becos onde a violência impera e a
29 mortandade é comum, mas em ruas abertas de bairros de classe média. Não se passa semana
30 sem que se noticie criança morta por bala perdida.

31 Nada, quase nada mais nos espanta: estamos ficando calejados, não nas mãos por
32 trabalho duro, mas na alma pelo horror que nos assola tanto que a cada vez nos horrorizamos
33 menos.

34 Quero escrever uma coluna otimista. Quero escrever poemas delicados, romances
35 intensos, crônicas de amor pela cidade, pelas pessoas, pela natureza, quero tudo isso. Mas se
36 tenho voz, e vez, não posso falar de flores enquanto o asfalto mostra manchas de sangue,
37 famílias são destroçadas, ruas acossadas, casas ameaçadas, seres humanos feito coelhos
38 amedrontados sem ter para onde correr, nem a quem recorrer, e não se vê nem uma luz no
39 fim desse túnel.

40 Pouca esperança real temos. Nós nos desinteressamos para sobreviver
41 emocionalmente diante da horrenda banalização da vida representada não só pela quantidade
42 e violência dos crimes cometidos e impunes como pela punição incrivelmente pequena para
43 quem mata com seu automóvel por correr demais ou dirigir bêbado, por exemplo. O descaso,
44 ou a incompetência, com que tudo isso é administrado nos faz temer outra ameaça ainda: a
45 banalização da vida é o outro lado da banalização da morte.

Fonte : Revista Veja, 26 de março de 2014

28. Da leitura global do texto, depreende-se que o objetivo principal da autora é

- a) chamar a atenção dos leitores para o fato de que a violência vem aumentando assustadoramente no país e atingindo principalmente a classe média brasileira.
- b) propor reflexão a respeito da incompetência de nossos governantes perante aos altos índices de criminalidade no país.
- c) convencer o leitor de que a redução da maioria penal no Brasil e o aumento de policiamento nas ruas são caminhos que poderão reduzir a violência no país.
- d) alertar o leitor sobre o fato de a sociedade, frente à impunidade, ao aumento e ao grau da criminalidade, estar se tornando insensível e indiferente à violência.

29. São feitas, a seguir, algumas afirmativas sobre o texto.

- I. As manifestações de rua, segundo o texto, representam um perigo à sociedade, já que propiciam ambiente no qual os bandidos externam principalmente sua revolta frente às desigualdades sociais.
- II. A cronista demonstra reconhecer no texto seu papel singular e responsável de portavoza dos problemas sociais que atingem o país, entre eles, o da banalização da vida.
- III. A autora argumenta em favor de um policiamento ostensivo, isto é, de um número maior de policiais nas ruas, em especial, naquelas em que trafegam estudantes, famílias e operários.
- IV. A forma descomprometida ou inábil com que as autoridades vêm gerenciando a criminalidade no país está fazendo com que nos acostumemos com a barbárie e, conseqüentemente, está alterando nossa forma de conceber a vida e a morte.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e IV apenas.
- b) II e IV apenas.
- c) II e III apenas.
- d) I, II, III e IV.

30. Em qual passagem a seguir há correspondência entre o pronome destacado e o referente?

- a) "... pelas nossas leis absurdas, sendo menor, **ele** não é de verdade punido." (linha 04) – bandido pequeno.
- b) "... em **que**, checando-se a ficha do 'menino', ele é reincidente contumaz ..." (linha 13) – casos.
- c) "... arriscam **suas** vidas, são mortos frequentemente, ..." (linhas 16 e 17) – vidas
- d) "... embora muitos **os** queiram enxergar assim." (linha 17) – vilões

31. Observe a pontuação do seguinte fragmento do texto.

Não, salvo raríssimas exceções, e todo mundo sabe disso. (linhas 6 e 7)

Em qual outra passagem do texto, a vírgula antes da conjunção aditiva **e** foi utilizada pela mesma razão empregada no excerto acima?

- a) São assassinos apavorantes: torturam e matam com frieza de animais, tantas vezes, e vão para a reeducação ou a ressocialização certamente achando graça. (linhas 10, 11, e 12)
- b) Posso rodar quarteirões intermináveis de carro, e não vejo um só policial. (linha 15)
- c) ... mesmo porteiros treinados de bons edifícios ou condomínios pouco adiantam: facilmente são rendidos ou mortos, e estamos à mercê da bandidagem. (linhas 19, 20 e 21)
- d) Mas se tenho voz, e vez, não posso falar de flores enquanto o asfalto mostra manchas de sangue. (linhas 35 e 36)

32. A relação de sentido estabelecida entre as ideias ligadas pelos dois pontos, em " São assassinos apavorantes: torturam e matam com frieza de animais... " (linhas 10 e 11), é de

- a) adição.
- b) consequência.
- c) conclusão.
- d) explicação.

33. Leia as frases seguintes.

- I. A violência doméstica é uma epidemia silenciosa.
- II. As vítimas da violência doméstica são, em sua maioria, crianças, mulheres e idosos.
- III. A sociedade deve dar mais atenção a essa epidemia silenciosa.

Fazendo-se a união das três frases, qual das construções abaixo respeita os princípios de coesão, coerência e correção linguística?

- a) A violência doméstica, da qual crianças, mulheres e idosos são, em sua maioria vítimas, é uma epidemia silenciosa a qual a sociedade deve dar mais atenção.
- b) A violência doméstica, cujas vítimas são, em sua maioria, crianças, mulheres e idosos, é uma epidemia silenciosa à qual a sociedade deve dar mais atenção.
- c) As vítimas da violência doméstica que são, em sua maioria, crianças mulheres e idosos, é uma epidemia silenciosa para a qual a sociedade deve dar mais atenção.
- d) A sociedade deve dar mais atenção a essa epidemia silenciosa, que é a violência doméstica, cujas as vítimas são, em sua maioria, crianças, mulheres e idosos.

34. Qual das construções abaixo respeita as normas de concordância verbal?

- a) Fazem já alguns anos que a violência vem mostrando ser consequência não da falta de bens materiais, mas da ausência de valores morais e éticos.
- b) Vivem-se, no dia a dia, momentos de tensão, e isso acaba gerando uma paranoia coletiva em que as relações sociais passam a ser de desconfiança e de animosidade.
- c) Nos Estados Unidos, houveram muitos homicídios envolvendo adolescentes que apresentavam comportamento antissocial.
- d) É pena que faltem, na vida de muitos jovens, uma figura disciplinadora capaz de mostrar-lhes os limites da liberdade.

35. Escolha uma das expressões indicadas entre parênteses de modo a completar adequadamente os períodos.

- I. Necessitamos urgentemente desvendar as fontes geradoras da violência, _____ sabermos como despertar as fontes geradoras de paz. (a fim de/afim de)
- II. Projetos de tese _____ promoção da cultura de paz no país vêm sendo desenvolvidos por diferentes segmentos da sociedade. (a cerca da/acerca da)
- III. O governo deve investir em segurança, _____ a população começará a fazer justiça com as próprias mãos. (se não/senão)
- IV. Segurança pública é um direito de _____ cidadão e é requisito de exercício da cidadania. (todo/todo o)

A sequência que completa correta e respectivamente as lacunas dos períodos é

- a) a fim de / acerca da/ senão/ todo.
- b) afim de/ a cerca da/ se não/ todo o.
- c) a fim de/ a cerca da/ senão/ todo o.
- d) afim de/ acerca da/ se não/ todo.

LEGISLAÇÃO

36. De acordo com a Lei n.º 8.112, de 1990, os seguintes tempos de serviço serão contados apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade, **EXCETO**,

- a) licença à gestante, à adotante e à paternidade.
- b) o tempo de serviço relativo a tiro de guerra.
- c) a licença para atividade política, no caso do art. 86, § 2.º.
- d) o tempo de iniciativa privada, vinculada à Previdência Social.

37. Analise as afirmativas abaixo, de acordo com a Lei n.º 9.784, de 1999, colocando (V), para as verdadeiras, e (F), para as falsas.

- () O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido do interessado.
- () A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, sendo ressalvado o direito de atuar no processo.
- () São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.
- () O recurso administrativo tramitará no máximo por quatro instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- () Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

A ordem correta, de cima para baixo, é

- a) V – V – V – V – V.
- b) V – F – V – F – F.
- c) V – F – V – F – V.
- d) F – F – V – V – V.

38. Assinale a afirmativa que **contradiz** norma da Constituição Federativa do Brasil de 1988, e alterações posteriores, referente à Administração Pública.

- a) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- b) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- c) Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é permitida a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto no art. 40 da Constituição Federal de 1988.
- d) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

39. No que diz respeito ao Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto n.º 6.029, de 1.º de fevereiro de 2007, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os integrantes da Rede de Ética se reunirão sob a coordenação da Comissão de Ética Pública, pelo menos duas vezes por ano, em fórum específico, para avaliar o programa e as ações para a promoção da ética na administração pública.
- II. Havendo dúvida quanto à legalidade, a Comissão de Ética competente deverá ouvir previamente a área jurídica do órgão ou entidade.
- III. Concluída a instrução processual, as Comissões de Ética proferirão decisão conclusiva e fundamentada.
- IV. As autoridades competentes não poderão alegar sigilo para deixar de prestar informação solicitada pelas Comissões de Ética.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I e III.
- b) I, II e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.

40. Em matéria de licitação, analise as assertivas a seguir:

- I. Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.
- II. A Administração poderá, quando devidamente justificado, descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada.
- III. A Administração acolherá, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.
- IV. A Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) I, II e III.
- d) IV.

